III - documento/ato objeto da revisão (cópia conferida com a via original); e

IV - documento que comprove e embase o direito alegado (cópia conferida com a via original).

Art. 123 - O direito do segurado solicitar revisão de benefício previdenciário prescreve em 05 (cinco) anos da data do registro do ato perante o TCE, quando versar acerca de matéria de fundo de direito.

§1º - Decai em igual prazo a prerrogativa da Administração Pública de rever seus atos.

§2º - A revisão de benefício previdenciário que versar acerca de matéria de trato sucessivo poderá ser efetuada a qualquer tempo e, em caso de deferimento, deverá observar o prazo prescricional de 05 (cinco) anos para pagamento de eventuais valores retroativos, contados da data do requerimento.

§3º - Na hipótese do benefício de reserva, os prazos descritos contar-se-ão da data da publicação do ato concessório.

TÍTULO VII DA RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 124 - Dos atos e decisões proferidas pelo IGPREV, reconhecendo ou negando pedidos ou direitos previdenciários, poderá ser interposta reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato ou da ciência da decisão.

Art. 125 - Cabe pedido de reconsideração do inativo à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão, não podendo ser renovado.

Art. 126 - Cabe pedido de recurso à Diretoria Executiva - DIREX do IGPREV:

I - de inativo contra indeferimento do pedido de reconsideração;

II - de inativo, pensionista ou terceiro interessado contra ato ou decisão proferida pelo IGPREV.

§1º - O recurso administrativo deverá conter a correspondente fundamentação fática e/ou jurídica, podendo ser anexados novos documentos.

§2º - O recurso administrativo *strictu sensu* somente poderá ser interposto uma única vez.

§3º - Em caso de interposição de recurso administrativo de forma intempestiva, deverá a administração do IGPREV, de pleno, indeferir-lo sem a necessidade de exame pela DIREX.

§4º - Para julgamento pela DIREX, o recurso deve ser instruído, além dos documentos necessários, com os processos administrativos que originaram o ato ou decisão do IGPREV.

§5º - Para subsidiar as decisões da DIREX no julgamento dos recursos administrativos, caberá à PROJUR dar o suporte jurídico e à DIPRE o embasamento técnico legal.

Art. 127 - Os pedidos de reconsideração e de recurso deverão ser instruídos, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - petição expondo argumentos fático e/ou jurídicos que caracterizem a necessidade de reexame da matéria (via original);

II - ato ou decisão impugnada (cópia conferida com a via original);

III - documento de identificação oficial do interessado, com foto, CPF, contato, comprovante de residência referente ao mês da solicitação ou imediatamente anterior (cópia conferida com a via original).

TÍTULO VIII DA COMUNICAÇÃO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128 - As comunicações expedidas pelo IGPREV realizar-se-ão por meio de citação e notificação.

Art. 129 - Até que sejam disciplinadas em âmbito estadual, as correspondências expedidas pelo IGPREV devem obedecer aos parâmetros do manual de redação da Presidência da República.

Art. 130 - A citação ou a notificação far-se-ão, conforme o caso:

I - diretamente ao interessado, seu representante legal ou mandatário regularmente constituído, quando do seu comparecimento espontâneo;

II - por via postal, mediante carta com aviso de recebimento;

III - por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, quando o seu destinatário não for localizado;

IV - por servidor designado pelo IGPREV.

§1º - A citação e a notificação serão determinadas e expedidas, conforme o caso, pelo setor responsável pela análise processual.

§2º - Quando constar nos autos mandato com outorga de poderes específicos para o recebimento de comunicação, esta deverá ser dirigida ao mandatário.

Art. 131 - Na hipótese de revelar-se infrutífera a comunicação, essa será feita por edital, a ser publicado uma só vez no Diário Oficial do Estado.

Art. 132 - Presumem-se válidas as comunicações dirigidas ao endereço residencial ou profissional constante nos autos, devendo o interessado, seu representante legal ou mandatário regularmente constituído atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

CAPÍTULO II DA CITAÇÃO E DA NOTIFICAÇÃO

Art. 133 - Considera-se citação o chamamento inicial do interessado para o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - As demais comunicações serão realizadas por notificação, concedendo prazo para resposta em 15 (quinze) dias, quando se destinar à região metropolitana de Belém, e em 30 (trinta) dias, quando se tratar de outras localidades.

Art. 134 - As citações e notificações consideram-se válidas mediante a:

I - assinatura do interessado, seu representante legal ou mandatário regularmente constituído, em termo próprio lavrado pela CATEN, quando do seu comparecimento espontâneo;

II - a assinatura do aviso de recebimento pelo interessado; ou

III - publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 135 - Na citação ou notificação realizada por publicação no Diário Oficial do Estado, deverá constar:

I - número do processo;

II - assunto a que se refere;

III - órgão ou entidade, no caso de segurado inativo;

IV - nome do interessado, seu representante legal ou mandatário regularmente constituído;

V - CPF; e

VI - prazo para comparecimento ou para apresentação de resposta.

CAPÍTULO III DA CONTAGEM DE PRAZOS

Art. 136 - Na contagem dos prazos previstos neste Regulamento computar-se-ão os dias corridos.

Parágrafo único - Os prazos previstos neste título, contam-se do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da citação ou notificação pelo interessado, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 134 deste Regulamento, e à publicação no Diário Oficial do Estado, na hipótese do inciso III, do referido artigo.

Art. 137 - Na contagem dos prazos, salvo disposição legal em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Parágrafo único - Os prazos que tenham início ou término em dia que não houver expediente serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente.

Art. 138 - Nos atos para os quais este Regulamento não tenha fixado prazo específico, este será de 30 (trinta) dias corridos.

Art. 139 - O interessado, seu representante legal ou mandatário regularmente constituído, poderá solicitar a prorrogação dos prazos estabelecidos neste Regulamento, desde que o façam antes do vencimento.

§1º - A prorrogação, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido e independe de notificação da parte.

§2º - O pedido deverá ser apreciado pelo responsável do setor que expediu a comunicação.

TÍTULO IX DOS EXPEDIENTES DO TCE ACERCA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

CAPÍTULO I DA SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO

Art. 140 - Aos segurados/beneficiários, órgão ou entidade de qualquer dos poderes e entes federativos serão requisitados documentos, informações, esclarecimentos e providências complementares, necessárias à instrução processual e ao atendimento de solicitação efetuada pelo TCE, no exercício de sua competência, por meio de:

I - carta ao beneficiário/segurado, em se tratando de documentos/informações pessoais, cujos originais estejam em sua posse, obedecido o disposto no título VIII deste Regulamento; ou

II - ofício a órgãos ou entidades, nos casos de documentos/informações relativos ao servidor.

Art. 141 - Uma vez adotadas as providências do art. 140, oficiar-se-á ao TCE, encaminhando-lhe a resposta de solicitação, se juntada a devida comprovação nos autos processuais, ou comunicando-lhe da impossibilidade de cumprimento em face da ausência de resposta.

CAPÍTULO II DA REDUÇÃO NO VALOR DO BENEFÍCIO

Art. 142 - O beneficiário/segurado deverá ser citado ou notificado se da reanálise de seu benefício previdenciário — em razão de diligência, fiscalização da Corte de Contas, deliberação do Tribunal Pleno ou mesmo por revisão ex officio, realizada pelo IGPREV no exercício da autotutela administrativa — verificar-se a necessidade de modificação da fundamentação legal da regra de concessão do benefício ou de diminuição no valor total dos proventos percebidos.

Parágrafo único - Se as alterações previstas no *caput* advierem de recomendação do TCE e houver decorrido mais de 05 (cinco) anos do protocolo do processo de registro do benefício previdenciário naquela Corte, caberá a ela a comunicação ao beneficiário.

Art. 143 - Apresentada manifestação referente ao objeto da citação ou notificação, caso sobrevenham argumentos que não tenham sido tratados na primeira análise, o processo será novamente analisado, cabendo recurso administrativo, nos termos do Título VII.

Art. 144 - Nos casos de pensão por morte ou por ausência, havendo mais de um beneficiário, a manifestação apresentada por um deles aproveitará a todos, mesmo ao revel, no que concerne às circunstâncias objetivas, e não aproveitará no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.

CAPÍTULO III DO INDEFERIMENTO DO REGISTRO

Art. 145 - A denegação do registro dos atos de aposentadorias, reformas e pensões importa na ineficácia do ato, cabendo ao IGPREV, após tomar conhecimento do indeferimento, citar ou notificar o beneficiário do ocorrido, para, em seguida, fazer cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

Parágrafo único - Se houver decorrido mais de 05 (cinco) anos entre protocolo do processo de registro do benefício previdenciário no TCE e a data de publicação do Acórdão de indeferimento, caberá a ele a comunicação ao beneficiário.

Art. 146 - No caso de ilegalidade sanável, quando a denegação independer de atuação do IGPREV para ser solucionada, esta será solicitada em conjunto com a comunicação do indeferimento e/ou, quando cabível, por ofício ao órgão/entidade detentor das informações e documentos, nos moldes do art. 140.

CAPÍTULO IV DA NOVA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

Art. 147 - Na hipótese da denegação do registro de ato que concedeu benefício previdenciário ter ocorrido em virtude de ilegalidade cuja correção dependa exclusivamente de atuação do IGPREV, ou ainda, se dependente do segurado ou de outro órgão/entidade, e estes encaminharem as informações ou documentos faltantes, conceder-se-á novo benefício, por meio de outro ato.

§1º - O ato de concessão previsto no *caput* será emitido em novo processo formado por cópia autenticada pelo TCE dos autos originais.

§2º - Os documentos pessoais do beneficiário que já se encontravam autenticados ou com o carimbo de "confere com o original" nos autos originais deverão ser enviados novamente pelo interessado ao IGPREV, que os solicitará mediante carta, nos moldes do Título VIII.

§3º - Eventual documento funcional do segurado que necessite ser atualizado pelo órgão/entidade de origem ou cessionário será solicitado por ofício.

CAPÍTULO V DA MODIFICAÇÃO DA REGRA E DO INCIDENTE DE RETORNO À ATIVIDADE

Art. 148 - Se da reanálise do benefício previdenciário, em razão de fiscalização da Corte de Contas ou de deliberação de seu Tribunal Pleno, constatar-se: